

Resumo: O artigo propõe uma leitura bíblica em tempos de crise ecológica. E começa com a afirmação de que o próprio Deus se queixa da sua criação. Ao mesmo tempo, reconhece que o mal-entendido sobre a injunção bíblica de “dominar a terra” (Gn 1,28) tem alguma parte de responsabilidade nessa crise. E se pergunta onde e quando se instalou a perversão na leitura da realidade à luz do testemunho bíblico. Em seguida, analisa a passagem do endeusamento da natureza para o esvaziamento do seu divino poder. Nesse sentido, examina alguns testemunhos da religião canaanita, assim como os lemos nos textos de Ugarit. Ele recorda também a passagem do culto a Baal para o reconhecimento de YHWH como o verdadeiro Deus, Deus também da natureza. Finalmente, o autor se volta para os textos bíblicos, começando com os salmos de lamentação, como o Sl 74, no qual o salmista alude aos mitos canaanitas, exaltando o poder maior de YHWH. E lembra-lhe que ele criou a Terra “não para ser um caos, mas para ser habitada por seus filhos”. Não por todos, porém, porque só “os mansos possuirão a terra” (Mt 5,4).

Palavras-chave: Crise ecológica, Domínio da terra, Mitos canaanitas, Caos.

Abstract: The paper proposes a biblical reading in times of ecological crisis. And starts with the assertion that God himself, he complains with his creation. At the same time, he acknowledges that the bad understood biblical injunction to dominate de Earth (Gn 1,28), has some responsibility in this crisis. And asks himself where and when the perversion installed itself in the reading of the reality at the light of the biblical testimony. Secondly, he analyses the passage of the deifying of the nature to the emptying of its divine power. And examines some testimonies of the Canaanite religion, as we read them in the texts of Ugarit. He recalls also the passage of the Baalcult to the acknowledgment of YHWH as the true God, the God of nature. Finally, the author turns himself to the biblical texts, starting with the Psalms of lamentation, like Ps 74, where the psalmist alludes to the Canaanite myths, exalting the greater power of YHWH. And recalls Him that He created the Earth, “not to be a chaos, but to be peacefully inhabited” by his children. Not by all of them, because only “the meek will possess the Earth” (Mt 5,4).

Keywords: Ecological crisis, Dominion of the Earth, Canaanite myths, Chaos.

Do endeusamento da natureza à dignidade da criação

Leitura bíblica em tempos de crise ecológica

*Renatus Porath**

* Doutor em Teologia, com ênfase em Antigo Testamento, pela Ludwig-Maximilians Universität, Munique. Professor da área bíblica e coordenador do Núcleo de Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso na FACASC.



*Que borbulhe o direito como águas
e a justiça como riacho permanente (Am 5,24)*

1 Deus geme com sua criação! (J. Moltmann)

Assim a comunidade cristã, inserida numa realidade com sinais de fragmentação, percebe seu Deus solidarizando-se com o sofrimento causado à sua criação, o grande *oikos*, a casa comum, habitada pela família humana e por uma incrível multiplicidade de formas de ser e viver. A Igreja Católica Romana e as comunidades eclesiais integrantes do Conselho Mundial de Igrejas levantam a uma só voz seu grito em favor da integridade ameaçada da criação. Este é objetivo do documento papal *Laudato si* (louvado sejas!), *Sobre o cuidado da casa comum*, com a sua análise acurada da realidade e sua conclamação a ações urgentes. Na mesma direção vai a declaração do Conselho Mundial das Igrejas (CMI) – *Peregrinação por justiça e paz*, denunciando a ação destrutiva do atual modelo de desenvolvimento. Na mesma esteira movimenta-se a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016, com seu tema sugestivo *Casa comum: nossa responsabilidade*. As igrejas integrantes do Conselho Nacional de Igrejas (CONIC) conclamam suas comunidades na época da Quaresma a focarem sob essa perspectiva a falta de saneamento básico e suas conseqüências catastróficas. Inspirados em Amós 5,24, cristãos querem responder ao clamor que vem do esgoto correndo a céu aberto, para que a água recupere seu direito de proporcionar vida e saúde, especialmente para os pobres da terra.

Novos conceitos como justiça ambiental, justiça climática, “ecojustiça”, estão entrando na agenda da reflexão teológica e de suas conseqüências éticas; não se pode mais dissociar a luta pela justiça social, pela erradicação de pobreza e fome e pela redução da mortalidade infantil, dos novos desafios que representa a injustiça infringida ao meio ambiente. A injustiça ambiental e a injustiça social atingem primeiramente os mais pobres, como o denunciam os documentos eclesiais acima. Por algum tempo, sociedades mais ricas podem empurrar as conseqüências das agressões ao meio ambiente para a periferia, para “os pobres da terra”, mas cedo ou tarde todos seremos igualmente atingidos pela destruição causada à casa comum.

Estamos vivendo uma crise sem precedentes, correndo o risco de perdermos nossa identidade como grande comunidade e como teia de relações e interdependências. Acreditamos, egoisticamente, que a dispersão, cada um por si, lutando por sua sobrevivência, é o único caminho. Estamos nos abrigando em contextos tremendamente ameaçadores para nós e para os outros. Soluções com um olhar míope são apresentadas



por grupos e nações poderosas, pensando apenas no seu bem-estar, não se dando conta de que nossa identidade e a da geração que nos seguirá estão correndo risco de perder-se juntamente com a biodiversidade à qual pertencemos. Nós, a espécie mais populosa, arrastaremos atrás de nós para o caos da destruição um enorme caudal de formas de ser e viver, esses micromundos que compõem o cosmo.

Nunca é demais lembrar que é justamente no quadrante onde a fé judaico-cristã se expandiu, confundindo-se com a chamada cultura ocidental, que se desenvolveu o ambiente favorável para o desencadeamento desse processo destrutivo de alcance quase imensurável. Houve quem culpasse diretamente as raízes cristãs de nossa sociedade por esse estado de coisas, referindo-se ao mandato cultural extraído dos imperativos divinos do primeiro relato da criação de Gn 1,28: “*Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra*”. Só o ser humano é “feito à imagem de Deus” e mais nada e ninguém. Na mesma direção pode ser interpretada a tarefa recebida de nomear os demais seres vivos ao seu redor, na história do Jardim do Éden (Gn 2,19-20), justificando assim a visão antropocêntrica da fé bíblica. Lynn White (1967), um historiador, especialista em Idade Média, provocou reação considerável com a publicação de um ensaio com o título *The Historical Roots of our Ecologic Crisis*.

De fato, o discurso bíblico não pode ser responsabilizado de forma direta, mas não dá para ignorar que a história do pensamento que nasceu em diálogo crítico com a tradição cristã foi o nascedouro de pressupostos científicos que deram origem a essa desenfreada dinâmica da relação de sujeito pensante e autônomo sobre o seu objeto de uso e pesquisa. Esse novo acesso à natureza e a todos os seus recursos foi proporcionado pelo pensamento cartesiano, reservando ao ser humano pensante o papel de sujeito, e tudo que o cerca foi qualificado como objeto. Com seu *Discurso do método* (1637), René Descartes exigia a dúvida metódica ou dúvida sistemática. O método é o instrumento que leva à verdade. Esta visão de mundo, do sujeito humano diante do objeto natureza, foi o nascedouro da pesquisa em todos os campos. Esta, acrescida de fatores como demografia (explosão populacional), revolução industrial (necessidade de recursos naturais), e sistema econômico (surgimento do capitalismo), resultou num feixe de causas complexas que levaram à crise ecológica.

Se alguém pudesse colocar quaisquer limites a essa vontade de transformar o objeto natureza em produto cultural, essa autoridade caberia



apenas ao sujeito humano, no nível individual bem como no coletivo. Ele se elevou a agente absoluto, determinando começo, meio e fim desse processo que assumiu proporções cada vez mais incontroláveis. O mundo da tecnologia e dos avanços científicos, sem dúvida, trouxe benefícios e produziu frutos valiosos, que ninguém quer negar e dos quais ninguém quer abdicar, mas trouxe também malefícios, desequilibrando, por exemplo, a relação ser humano-natureza, sem falar da desigualdade nas relações sociais.

Quem se apropria dos recursos disponíveis da natureza acredita ter mais e valer mais; quem detém o saber e o saber transformar recursos em produtos culturais ocupa uma posição de destaque na escala social; quem é mero executor na linha de produção ficará na base da pirâmide; quem foi excluído do processo produtivo de nada valerá nessa sociedade que evoluiu para dentro desse modelo que avança ilimitadamente sobre todos os recursos naturais disponíveis.

Povos originários com suas economias autossustentáveis e culturas singulares que não obedecem a essa lógica também se encontram entre as inúmeras vítimas nessa corrida da sociedade em direção à excelência na produção de riquezas. Vida e sobrevivência desses povos com suas culturas dependem da terra e de seus recursos; estes, por sua vez, são alvo da cobiça irrefreável do modelo depredador e concentrador no agronegócio da monocultura bem como na indústria que precisa dos recursos da natureza como matéria prima em grande escala.

Dotados de razão e de habilidade para transformar natureza em cultura, nós enveredamos como humanidade por um caminho altamente arriscado. De moradores passamos a donos; de ocupantes da casa herdada de antepassados desfilamos como construtores que se arrogam o direito de ditar as regras do convívio entre humanos sob o mesmo teto, de estabelecer novas relações com as outras formas de ser e viver. É o que resulta de não ter uma postura sóbria e humilde de seres que se relacionam com outros seres, ou de criaturas entre criaturas, de irmãos e irmãs que se encontram com irmãos e irmãs da mesma espécie, ou de formas de ser e viver diferentes. A arrogância assume proporções tamanhas, que o esquecimento de nossas origens e da origem de tudo que nos cerca faz-nos perder a dimensão de que vida é dádiva, é dom.

Há como reverter esse processo nascido em solo influenciado pela cultura judaico-cristã, e cujos efeitos destrutivos assumiram proporções planetárias? Se o ponto de partida para o desenvolvimento desse processo



com tamanho impacto sobre a relação ser humano-natureza foi o pensamento bíblico que autorizava uma relação de soberania sobre as demais formas de ser e de viver, então terá que se detectar o lugar em que a perversão se instalou na leitura da realidade a partir do testemunho bíblico. Onde é que os limites, colocados pela confissão ao Criador, foram ameaçadoramente ultrapassados, escancarando as portas para o domínio humano sobre o processo de transformação da natureza em cultura de forma absoluta?

2 Do endeusamento da natureza ao esvaziamento de sua potência divina

A Bíblia contém vozes de autores que se sentem ameaçados por poderes e forças advindos do ambiente natural que os cerca. Afirmam ou sadamente a soberania de seu Deus em relação a essas realidades portadoras de energias, às quais não se concede autonomia ou vida própria, muito menos qualidades divinas. Diante do Deus de Israel, terão que se curvar os gigantes e centenários exemplares de cedro da floresta do Líbano, ou os altivos carvalhos da região fértil de Basã terão que se submeter igualmente, incluindo os imponentes acidentes geográficos (montanhas e outeiros) e as admiráveis produções culturais de origem humana (fortes, navios). Todos serão igualmente abatidos *naquele dia* em que definitivamente nada e ninguém se interporá entre Deus e a realidade que desafia seu senhorio (Is 2,12-17).

Nossa consciência de preservação do meio ambiente, ou ainda nossa luta para proteger monumentos singulares da criatividade humana, se opõem a medidas tão agressivas, ainda que divinamente autorizadas. O Antigo Testamento compartilha uma percepção de realidade que ora se aproxima ora se distancia daquela que encontramos no seu entorno.

É através das escavações de Ugarit/Ras Shamra (1929), ao norte da costa siro-fenícia, que temos acesso a textos maravilhosos que descrevem o mundo social, político e religioso da cultura cananeia dos séculos XIV e XIII a.C. Confirmam-se os textos em Beyerlin & Ringgren (1975) e a descrição da cultura e religião dos semitas pré-israelitas em Ringgren (1979). A cidade-estado de Ugarit, localizada estrategicamente, servia de porto, ligando o Mediterrâneo à Mesopotâmia. Ela foi destruída no séc. XII a.C., época em que as tribos que formariam o posterior Israel se consolidavam para formar as monarquias norte (Israel) e sul (Judá) na Palestina. Até as primeiras décadas do séc. XX d. C., os textos bíblicos serviam de única fonte de informação sobre “os cananeus”; com os textos de Ugarit/Ras Shamra, conseguiu-se corrigir uma descrição muitas vezes unilateral e crítica,



por parte do Antigo Testamento, em relação aos costumes dos povos que ajudaram a compor o novo naquele espaço, identificado como Israel.

Como esses antigos moradores do corredor siro-palestinense, representados pela cidade-estado de Ugarit/Ras Shamra, experimentavam seu mundo natural? Como administravam as potências e energias percebidas em seu meio ambiente, para que o povo habitante dessas terras ao norte da Palestina pudesse desfrutar de suas benesses?

O mar Mediterrâneo em fúria, tragando navios ou avançando costa adentro com suas ressacas e marés, especialmente na região siro-fenícia, deu origem a inúmeras narrativas míticas, concedendo ao mar revoltado o status de potência divina, chamando-o de deus *Yam* (hebr. mar). Ele representa o deus do caos e da destruição da ordem; juntamente com o deus *Môt* (hebr. morte), são remetidos ao reino dos mortos e deverão ceder seu domínio ao reinado de *Baal*. De fato, constata-se no mito cananeu:

Yam está morto, *Baal* é rei! O mar, a potência divina do caos, finalmente está subjogado; a terra sob o reinado de *Baal* torna-se espaço de liberdade e vida fértil. A protagonista nesta luta de vida e morte é a companheira amiga e irmã de *Baal*, a guerreira *Anat*, que se gloria após a vitória consumada em favor de seu amigo ou esposo:

*Não pus fim a Nahar (rio), o grande deus?
Não golpeei a Tannin (monstro marinho)? Sim, eu a golpeei!
Não fui eu que despedacei o amado de 'El, o Yam (mar)?*

O mar, recuando ao nível normal, e rios, retornando ao leito regular, após o degelo nas nascentes e enxurradas sazonais, inauguram o tempo de plantio e de fertilidade em todas as esferas do ambiente em que está inserida a população. O ciclo das estações – primavera, verão, outono e inverno – longe de representar um processo natural, é entendido como embate renhido entre potências divinas. O triunfante deus *Baal* inaugurara o tempo das chuvas como patrono de trovoadas, raios e de suaves orvalhos e serenos; a sua ressurreição coincide com a vegetação que brota, garantindo fertilidade que redundará em produção de cereais, indispensável para os humanos e em pastagens para o gado e outros seres vivos.

Agora, é a vez de *Baal* fazer a sua expedição arriscada até o reino dos mortos, onde de fato ele sucumbe. De lá chega a notícia:

Baal desceu à terra,



*Morto está Aliyan (poderoso) Baal,
Pereceu o Príncipe, o Senhor da Terra.*

Um rito fúnebre faz até o deus supremo 'El descer de seu trono para lamentar a perda de *Baal*, rasgando suas vestes e rolando no chão com as palavras:

*Baal está morto.
O que será do filho de Dagan?
O que será dos muitos?
Atrás de Baal quero descer para dentro da terra.*

A deusa *Anat* participa dos ritos fúnebres com 'El e traz seu cadáver do reino dos mortos e o enterra no extremo norte. O substituto providenciado por 'El não consegue dar conta do encargo como rei em lugar de *Baal*.

Em sonho, relata-se de 'El:

*Em um sonho do amável 'El, o bondoso,
Em uma visão do Criador das criaturas,
Os céus fazem chover óleo,
Os ribeiros conduzem mel...
Pois Aliyan Baal vive,
O príncipe, o senhor da terra, existe.*

Um drama cúlctico parece querer visualizar isso, tendo como protagonista o próprio rei da cidade-estado Ugarit ou um substituto seu, desencadeando o curso das estações. *Anat* e *Asherá*, esposa do deus supremo 'El, motivadas pela saudade de *Baal*, o amigo morto, lutaram por ele também com *Môt*, comparsa das outras divindades de caos e destruição: *Yam* (mar), *Nahar* (rio), *Tannin* (dragão, monstro marinho). Apesar de *Môt* ser chamado "o amado de ÉL", as guerreiras amigas intercedem por *Baal* junto ao deus supremo 'El para que possam derrotar seu protegido, possibilitando, assim, a *Baal* o retorno à vida (RINGGREN, 1979, p. 201-222).

Quanta reverência e cuidado são manifestos em atividades de culto para que *Môt* não retenha o poder por mais tempo do que o estritamente necessário, prologando a época da seca e o calor do verão, que impedem o crescimento de toda a vegetação. Por outro lado, *Baal* deve ocupar o trono real na assembleia dos deuses, instalada no monte Tsapan/ Zafon (cf. Sl 48,3: Zafon=norte.), para que conceda seus dons indispensáveis à natureza inaugurando o tempo de chuvas e umidade que trarão alimento para o povo de Ugarit, chamado de povo de *Dagan* (Deus do cereal; cf. 2Sm 5,1-2).



Um texto canta os efeitos desses dons chuvosos de *Baal*:

*A chuva de Baal estava aí para a terra,
Para o campo, a chuva do Sublime (i.é, Baal.).
Um deleite para a terra era a chuva de Baal,
E para o campo, a chuva do Sublime.*

Especialmente o rei de Ugarit ou seu filho parecem representar, no drama cultural, o papel de *Baal*, doador de toda a fertilidade nas diferentes esferas do mundo natural e humano; partes do mito da vegetação devem ter sido recitadas nessa ocasião, inaugurando com a chegada da primavera simultaneamente o novo ano administrativo da monarquia em Ugarit (RINGGREN, 1979, p. 224).

Uma parte da natureza é experimentada como realidade divina, mas hostil, é caos que ameaça a ordem e conseqüentemente a continuidade da vida humana, social e política em Ugarit. São forças e potências da natureza que ameaçam a pronta sucessão de primavera e chuva após tempo de outono, verão e seca; sem o ritmo sazonal, anuncia-se desastre ecológico e fim da vida organizada. Dada a dependência entre vida humana e vida natural, entre sociedade e seu ecossistema, nada mais urgente do que manter em funcionamento a alternância das forças vitais, responsáveis pela fertilidade, com as forças que geram outono, inverno e morte da tão necessária natureza que alimenta humanos e animais. A natureza, agonizando sob o impacto de mar, rios e outras forças destruidoras, é sinal de vitória dos deuses do caos; a natureza, renascendo na primavera, é ressurreição do deus *Baal*, “Príncipe, Senhor da Terra”. Ele é auxiliado pelas guerreiras colegas, *Anat* e *Asherá*, que querem o reinado do esposo e amigo, respectivamente, com todas as suas benéficas conseqüências.

Seria simplista e parcial designar a religião da cultura cananea como religião da natureza, como mero culto à fertilidade. No culto a Baal, “...os deuses não são idênticos ao ciclo da natureza, eles são antes sua causa. Mesmo que sejam personificações de fenômenos da natureza, como pessoas eles expressamente se distinguem do acontecimento, e deles são contadas histórias que em muito extrapolam os fenômenos da natureza. Os deuses não são a vegetação, mas a força que dá a vida. Assim, Baal não é a terra, mas, como diz seu título, “Príncipe, Senhor da Terra”. “Divindades da natureza”, em sentido estrito, não existem. Mesmo que os deuses se manifestem na natureza e em seus vários fenômenos, eles sempre se voltam também para as pessoas (SCHMIDT, 2004, p. 222s).



Surpreende que o culto a *Baal*, o deus que está por detrás do renascer da natureza e de todo o ciclo vital, não se manteve no antigo Israel; teve que ceder seu lugar ao culto a *Yhvh*.

Antes de Israel afirmar que vida sustentável e ambiente favorável no presente e no futuro são dádivas divinas, em Ugarit o reinado do deus *Baal* anualmente garantia de novo esses bens salvíficos para o mundo todo. Por que Israel nega esse serviço valioso ao combativo deus cananeu e o entrega a seu deus *Yhvh*? É claro, o culto a *Baal* só se dá por vencido após luta renhida e conflito intenso liderado por profetas do perfil de Elias no séc. IX (1Rs 18, 16ss) e de Oséias no séc. VIII a.C. no Reino do Norte, onde temporariamente a adoração a Baal até se tornara religião do Estado (1Rs 16,29-34).

Os mitos cananeus chegam ao culto de Israel, mas são esvaziados, para não dizer destruídos, pela confissão de fé no Deus de Israel. Assume-se a dinâmica das forças antagônicas presentes na realidade marcadamente dependente da natureza e de seus recursos. As ameaças que essas forças do caos representam para a fé da comunidade de Israel são percebidas como provação. O antigo Israel sabe contar inúmeras histórias em que ele sucumbiu diante de testes, provas e tentações que punham em xeque a confissão de que deve todo o processo vital a seu Deus criador e recriador de sua própria vida em comunidade (cf. Ex 16-18).

3 O credo devolve dignidade

Liturgias de lamentação externam um sofrimento quase insuportável, por causa de ameaças de forças caóticas que deixam a comunidade/o povo à beira do precipício de sua extinção. A dura sorte de uma comunidade formada do restolho do povo de Judá, derrotado pelos babilônios no séc. VI a.C. e desterrado para a capital do império, torna a prática do lamento comunitário e individual algo comum, e marcarão a espiritualidade israelita definitivamente. O livro dos Salmos contém quase o mesmo número de lamentos quanto de hinos de louvor e de ação de graças.

Um exemplar dessa liturgia que expressa dor e sofrimento é o Salmo 74. As forças destruidoras e causadoras de dor não provêm tanto da natureza, provocando um colapso do ciclo vital (cf. Gn 12,10), mas as potências destruidoras do caos são identificadas como forças do mundo da política e da expansão imperialista, representadas sucessivamente por assírios, babilônios, persas ou helenistas, e que deixam caos, exploração e dependência por onde passam seus exércitos. Além de adversários da comunidade que articula seus



lamento, eles são vistos como oponentes do próprio Deus, pois destruíram todos os símbolos da presença de Deus em seu meio (Sl 74,4-8).

Como falar de Deus em meio a essa ameaça extrema? Como não se dar por derrotado, como não capitular diante dessas forças que ousam apagar todos os vestígios da presença divina em seu meio? O que a comunidade de Israel, reunida em culto de lamentação, tem a contrapor a tamanha exibição de superioridade e de poder destrutivo, aparentemente insuperáveis? A comunidade, em flagrante desvantagem com sua fragilidade e sua condição de grupo necessitado e oprimido (v. 21), não quer conceder qualquer elogio e reconhecimento a seu oponente, politicamente poderoso. Dirige-se unicamente àquele a quem endereçara seus lamentos intermináveis (v. 1-11). Diante de uma angustiante realidade presente, fechada a qualquer saída honrosa que garantisse liberdade e um futuro promissor, a espiritualidade israelita contrapõe algo inusitado e ousado. Elabora a sua confissão de fé desafiando sua realidade hostil com o louvor, recitando e cantando aquilo que seu Deus significa para a sua situação, que mais se parece a um beco sem saída (v. 12-17). Talvez até devamos imaginar nessa virada do lamento para a afirmação da fé uma mudança na tonalidade do hino:

¹² *Ora, Deus, és meu rei desde a origem,*

quem opera atos salvadores em meio à terra;

¹³ *Tu, com teu poder, dividiste o mar;*

esmagaste sobre as águas a cabeça dos monstros marinhos.

¹⁴ *Despedaçaste as cabeças do leviatã*

e o deste por alimento às alimárias do deserto.

¹⁵ *Tu abriste fontes e ribeiros;*

secaste rios caudalosos.

¹⁶ *Teu é o dia; tua, também, a noite;*

a luz e o sol os formaste.

¹⁷ *Fixaste os limites da terra;*

verão e inverno, tu os fizeste.

Em vez de falar da realidade política que produz sua situação de opressão e de negação de liberdade, a comunidade, ou seu porta-voz, recorre aos primórdios em que as forças do caos foram contidas graças ao reinado universal de seu Deus. As potências assustadoras da natureza não são minimizadas quanto à sua hostilidade e atuação destruidora no mundo, mas foram vencidas uma vez por todas abrindo a realidade como espaço de liberdade conquistada nos primórdios da criação. As alusões à linguagem mítica mencionada acima são evidentes, mas o texto é lido sob a ótica do reinado incontestável do criador do mundo e do seu Israel, inserido nele (v. 2). Ele não é mais o rei qual *Baal*, que preside a assem-



bleia dos deuses, administradores dos diferentes setores da realidade; ele exerce o seu reinado sobre uma realidade cuja hostilidade foi vencida. Sem precisar de auxiliares, como *Anat* ou *Asherá* o são para *Baal*, o Deus de Israel tornou a realidade disponível, salvando-a dos poderes destruidores, representados pelo mar e pelos monstros marinhos, todos depostos de sua condição divina como eles a detinham nos textosugaríticos.

Os poderes que disseminavam medo, pavor e futuro incerto no imagináriougarítico são reduzidos a respeitáveis poderes antagônicos pelo credo israelita, mas todos são derrotados pelo ato criador e salvador, lá nas origens. Com isso, o ato criador divino disponibilizou o mundo, ameaçado pelo medo e pela incerteza, para a atuação histórica de suas criaturas, entre as quais também a comunidade de Israel deveria se inserir responsabilmente.

O tempo verbal da confissão de fé – *dividiste, esmagaste, despedaste, abriste, fixaste* – aponta para uma atuação definitiva já realizada e que ninguém, muito menos os poderes imperialistas a poderão alterar. A realidade do mundo natural não é mais campo de batalha entre divindades, mas tornou-se realidade estável, criada e disponibilizada como dádiva para suas criaturas. Essa dignidade conferida ao mundo criado através desses “atos salvadores” (v. 12) é exposta diante de Deus, fundamentando a petição: “*lembra-te disso!*” (v. 18).

A realidade não é nada estável, nem disponível para a comunidade aflita e necessitada de Israel, contradizendo o que o credo afirmava. A comunidade sente-se entregue “à rapina” da potência político-econômica (v. 19), e ela refresca a memória de seu Deus criador, pois este parece ter-se esquecido de sua vontade original de ter feito da terra espaço livre dos poderes destruidores. Ao menos a frágil “rola” Israel (cf. Os 7,11;11,11), vítima de vorazes predadores, pouco sabe de que também ela tem parte nessa vida liberta, nesta terra que Deus “*não criou para ser um caos, mas para ser habitada*” (Is 45,18). A realidade esvaziada de qualquer potência divina, nos primórdios da criação, não poderá ser transformada em seu oposto, concedendo potencialidade divina a quem quer seja, muito menos a uma grandeza política, a um poder político ou estrutura de exploração econômica.

Quantas vezes Israel esqueceu-se das implicações deste seu credo, especialmente quando bem-estar e riqueza lhe caíam no colo. O lamento-denúncia agora vem da parte de Deus através do profeta Oseias (13,5-6):

⁵ *Eu te conheci no deserto, em terra muito seca.*

⁶ *Quando tinham pasto, eles se fartaram,
e, uma vez fartos, ensoberbeceu-se-lhes o coração;*



por isso se esqueceram de mim.

Este esquecimento de Deus tem consequências desastrosas para Israel, porque a realidade e tudo que ela representa é festejado como produção própria e resultado de seu empenho incansável. Nada é recebido e entendido como dádiva disponibilizada para todos os integrantes da comunidade israelita, o que criaria uma postura sóbria e humildade. Uma sociedade desigual se configura como o atesta Amós, outro profeta do séc. VIII, como o é Oseias. A classe dirigente se apropria de todos os recursos, adona-se da realidade, dispondo sobre os mais empobrecidos como se fossem sua propriedade privada ou, nas palavras do profeta: oprimindo os pobres e esmagando os necessitados (Am 4,1; 2,6; 8,4).

O credo confessado diante do Deus dos atos salvadores e criadores, e afirmado diante deste mundo contraditório, é a saída quase invisível para o espaço de liberdade e dignidade.

Um grupo situado à margem, composto de aflitos e necessitados, vítimas da violência de poderosos, ousa erguer-se para o louvor e para desafiar a realidade com seu credo (v. 21). A última palavra não pertence ao fanfarrão imperialista, mas Àquele que de fato disponibiliza a realidade como dádiva. Esse credo devolve dignidade àqueles que se agarram à certeza de serem os destinatários preferenciais desta terra assim disponibilizada (Mt 5,4). Quem não a recebe como dádiva a ele confiada, mas dela se apossa com violência, considerando-a conquista e direito seu, além de representar uma ameaça, perdeu toda a legitimidade de habitá-la. Só quem de mãos vazias se sabe inserido nessa realidade, que ao mesmo tempo lhe foi confiada como dádiva, participa dessa dignidade de criatura entre criaturas, de membros pertencentes à grande comunidade destas inúmeras formas de ser e de viver.

Bibliografia

- BEYERLIN, W.; RINGGREN, H. (edit). *Religionsgeschichtliches Textbuch zum Alten Testament*. Gotinga: Vandenhoeck & Ruprecht, 1975.
- WHITE, L. The Historical Roots of our Ecologic Crisis. *Sciences* 155, 1967, p. 1203-7.
- RINGGREN, H. *Die Religionen des Alten Orients*. Gotinga: 1979.
- SCHMIDT, W. H. *A fé do Antigo Testamento*, São Leopoldo: EST/Sinodal, 2004.

Email do autor:

renatus.porath@gmail.com